

O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2021



O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

O direito enquanto fenômeno multidimensional

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
D598	O direito enquanto fenômeno multidimensional / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5983-366-5 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.665211908 1. Direito. 2. Leis. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título. CDD 340
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL**, coletânea de vinte capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito constitucional; estudos em direitos humanos, vulnerabilidade e políticas públicas; estudos em direito à saúde; e estudos em direito e os impactos da pandemia.

Estudos em direito constitucional traz análises sobre neoconstitucionalismo, ativismo judicial, STF, poder constituinte, controle de constitucionalidade, *amicus curiae*, elegibilidade e inelegibilidade, sistema de suplência, direito cultural, multiculturalismo, bafômetro e a inconstitucionalidade, além da proteção de dados, importância da constitucionalização e comunicação social na política.

Em estudos em direitos humanos, vulnerabilidade e políticas públicas são verificadas contribuições que versam sobre refúgio, criminalização da homossexualidade, prostituição, realidade venezuelana, desporto, consciência social e sistema de cotas para negros.

Estudos em direito à saúde aborda questões como judicialização, defensoria pública e acesso a tratamentos, bem como medicamentos de alto custo, separação de poderes e políticas públicas.








No quarto momento, estudos em direito e os impactos da pandemia, temos leituras sobre impactos das queimadas no espaço amazônico, acesso à justiça e renegociação como meio de oposição à revisão de contratos.








Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.







Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NEOCONSTITUCIONALISMO E ATIVISMO JUDICIAL	
Luís Eduardo Ulinski	
Luis Gustavo Liberato Tizzo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6652119081	
CAPÍTULO 2	20
O PAPEL ILUMINISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Edson Mario Rosa Junior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6652119082	
CAPÍTULO 3	26
O CONCEITO DE PODER CONSTITUINTE À LUZ DA CONCEPÇÃO DE ANTONIO NEGRI	
Edson Mario Rosa Junior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6652119083	
CAPÍTULO 4	30
ACORDO EM CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
Felipe Costa Albuquerque Camargo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6652119084	
CAPÍTULO 5	43
O <i>AMICUS CURIAE</i> E A DELIBERAÇÃO NA BUSCA DA LEGITIMAÇÃO DO DIREITO	
Gislaine Cunha Vasconcelos de Mello	
Beatriz Fracaro	
Luciane Sobral	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6652119085	
CAPÍTULO 6	60
ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS	
Lucélia Nárjera de Araújo	
Vilobaldo Adelfidio de Carvalho	
Wilma Avelino de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6652119086	
CAPÍTULO 7	73
SISTEMA DE SUPLÊNCIA NO SENADO FEDERAL E SUA COMPATIBILIDADE COM O ESTADO DEMOCRÁTICO	
Ester Granusso Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6652119087	

CAPÍTULO 8	88
DIREITO CULTURAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL: ANÁLISE ACERCA DAS LEIS DE INCENTIVO E SEUS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS	
Luis Guilherme Costa Berti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6652119088	
CAPÍTULO 9	100
MULTICULTURALISMO E A VIOLAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE IR E VIR EM FACE DA IMPOSIÇÃO DE UM <i>DRESS CODE</i> EM LUGARES PÚBLICOS	
Alana Caroline Mossoi Tereza Rodrigues Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6652119089	
CAPÍTULO 10	118
INCONSTITUCIONALIDADE DA OBRIGATORIEDADE DO USO DO BAFÔMETRO: INAPLICABILIDADE DO ART. 165-A DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
Henrique Giacomini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190810	
CAPÍTULO 11	138
A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA E A IMPORTÂNCIA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS	
Cassiane de Melo Fernandes Alexandre Sita de Matos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190811	
CAPÍTULO 12	155
REFÚGIO POR MEDO: UMA REFLEXÃO EXPLORATÓRIA SOBRE MIGRAÇÃO BASEADA NA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE	
Thiago Opolski Ana Maria Motta Ribeiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190812	
CAPÍTULO 13	170
LAS OCHENTAS: O PREÇO DO REFÚGIO	
Ana Flávia Ananias Almeida Laura Ferreira Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190813	
CAPÍTULO 14	179
A PRÁTICA DO DESPORTO COMO EIXO INTEGRADOR E RESTAURADOR DOS DIREITOS HUMANOS: INCLUSÃO, HUMANIZAÇÃO E CONSCIÊNCIA SOCIAL PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS	
Viviane Cristina Martiniuk	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190814	

CAPÍTULO 15	197
RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS EM CONCURSO PARA PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR	
Sandra Mara Silva de Leon Geise Loreto Laus Viega	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190815	
CAPÍTULO 16	205
A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PRESERVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: A JUDICIALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ACESSO A TRATAMENTOS MÉDICOS	
Dari Nass Henrique Balduvino Saft Dutra Maria Cristina Schneider Lucion	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190816	
CAPÍTULO 17	217
DIREITO À SAÚDE NO JUDICIÁRIO: A CONCESSÃO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO VIOLA A SEPARAÇÃO DOS PODERES OU CUMPRE POLÍTICAS PÚBLICAS INEFICAZES?	
Bianca Sanches Lopes da Silva Daniel Castanha de Freitas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190817	
CAPÍTULO 18	233
DIREITO AMBIENTAL E DIREITO À SAÚDE: IMPACTOS DAS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA EM TEMPOS DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	
Valéria Giumelli Canestrini Fábio Rodrigo Casaril	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190818	
CAPÍTULO 19	248
ACESSO À JUSTIÇA EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO	
Jackelline Fraga Pessanha Marcelo Sant'Anna Vieira Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190819	
CAPÍTULO 20	255
A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO DEVER DE RENEGOCIAÇÃO A FIM DE EVITAR A REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Fernanda Moraes dos Santos Larissa da Silva Maurano Raphaela de Moraes Lemos Francisco José Soller de Mattos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66521190820	

SOBRE O ORGANIZADOR	264
ÍNDICE REMISSIVO.....	265

Data de aceite: 02/08/2021

Ana Flávia Ananias Almeida

Escola Superior Dom Helder Câmara
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/8184499651550717>

Laura Ferreira Silva

Escola Superior Dom Helder Câmara
Belo Horizonte - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/2418417102477866>

RESUMO: “Las ochentas” são venezuelanas, que, fugindo do país de origem que se encontra em uma crise brutal, vêm para o Brasil buscando melhores oportunidades e acabam na vulnerabilidade da prostituição, tendo que cobrar 80 reais por programa. Têm-se, com esse trabalho, o intuito de documentar a situação real de vulnerabilidade que essas mulheres sofrem, bem como os motivos, que são principalmente econômicos, que as levaram a aceitar essa condição. A pesquisa baseia-se em dados estatísticos apresentados por órgãos responsáveis por analisar e buscar a garantia da dignidade humana para todas as pessoas, de todos os sexos. Muitas das venezuelanas são exploradas na prostituição, gerando um ciclo capaz de adentrar vulnerabilidade dentro de vulnerabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; vulnerabilidade econômica; prostituição; exploração.

LAS OCHENTAS: THE REFUGE PRICE

ABSTRACT: “Las ochentas” are Venezuelans, who, fleeing the country of origin that is in a brutal crisis, come to Brazil seeking better opportunities and end up in the vulnerability of prostitution, having to charge 80 reais per program. With this work, we intend to document the real situation of vulnerability that these women suffer, as well as the reasons, which are mainly economic, that led them to accept this condition. The research is based on statistical data presented by agencies responsible for analyzing and seeking the guarantee of human dignity for all people, of all sexes. Many venezuelans are exploited in prostitution, generating a cycle capable of entering vulnerability within vulnerability.

KEYWORDS: Human rights; economic vulnerability; prostitution; exploration.

1 | IDENTIFICAÇÃO

1.1 Área do objeto de pesquisa

O presente projeto de pesquisa situa-se na área de Direitos Humanos.

2 | TEMA DA PESQUISA

2.1 Delimitação do tema de pesquisa

O tema-problema da pesquisa que se pretende desenvolver é a vulnerabilidade econômica das refugiadas venezuelanas no Brasil e a prostituição como consequência.

3 | PROBLEMA

O problema objeto da investigação científica proposta é: quais os tipos de violação dos Direitos Humanos que as venezuelanas estão expostas ao buscar o refúgio no Brasil?

4 | HIPÓTESE

A partir das reflexões preliminares sobre o tema, supõe-se que a violação dos Direitos Humanos contra as refugiadas venezuelanas residentes no Brasil está ligada com a situação de vulnerabilidade, principalmente econômica, uma vez que enfrentam uma divisão sexista do trabalho e a própria escassez dele. Nesse sentido, são submetidas a situações de extrema fragilidade, em busca da sobrevivência, se sujeitando a trabalhos não regulamentados, que põem em risco direitos como o direito à vida, igualdade e liberdade, além da segurança pessoal.

5 | OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho é mostrar um exame da realidade vivenciada pelas refugiadas venezuelanas residentes no território brasileiro, trazendo, através de dados, a questão da vulnerabilidade econômica e a sua ligação com a prostituição, no estado de Roraima.

5.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos do trabalho, enumeram-se os seguintes:

- I. Analisar o perfil socioeconômico das mulheres que se encontram em situação de prostituição;
- II. Verificar o grau de vulnerabilidade pelo qual essas mulheres ficam expostas;
- III. Constatar as disparidades em relação à quantidade de homens e mulheres com condições de trabalho com tamanha vulnerabilidade e exploração;
- IV. Averiguar a quantidade de direitos humanos que são retirados ou violados dessas pessoas que têm que conviver com situações tão precárias visando a sobrevivência;
- V. Refletir a respeito do motivo de o território brasileiro, mais especificamente Roraima, ser o palco principal para essas migrações;
- VI. Avaliar os motivos que levam/levaram essas pessoas a saírem de seus países de origem;
- VII. Investigar os antecedentes que contribuíram e os fatores que impedem o fim da crise na Venezuela;
- VIII. Assinalar os desígnios das rendas conseguidas pelos migrantes, ao

chegarem no novo país.

6 | JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, o Brasil se tornou um dos palcos coadjuvantes de uma crise política que o afeta, involuntariamente. A crise venezuelana que se tem conhecimento atualmente, não é algo recente, mas veio sendo construída, ainda que de forma indireta, historicamente. Os primeiros indícios da crise ocorreram após a tentativa de um golpe contra o então presidente Hugo Chávez, no ano de 2002, dando início a uma problemática que se alastraria para o restante do mundo. Em 2012, após sua reeleição, Chávez morre, vítima de um câncer. Uma nova eleição, então, é feita e, seu braço direito, Nicolás Maduro é eleito se tornando, assim, o novo presidente, a fim de dar continuidade ao governo chavista. As suas últimas decisões agravaram ainda mais a crise já existente na Venezuela, a qual trouxe reflexos diretos ao Brasil.

A crise política se estendeu de tal forma que se tornou uma crise migratória, podendo ser considerada a de maior expoente na história da América Latina. Segundo os dados das Nações Unidas, 2,3 milhões de venezuelanos deixaram sua pátria desde 2014, além de outros casos semelhantes que não foram registrados pelas autoridades. Este fato se tornou um dos desafios dos governos latino-americanos da atualidade. Alguns governos dificultaram suas políticas migratórias. Com a proximidade das fronteiras entre o Brasil e a Venezuela o foco das imigrações se voltou para o cenário brasileiro, onde vários venezuelanos entraram de forma ilegal na procura de auxílio humanitário.

Na fronteira do Brasil com a Venezuela está o município de Paracarama, Roraima, de relativa proximidade com a capital desse estado, Boa Vista. Mais de 32900 venezuelanos solicitaram refúgio ao Brasil e 25300 obtiveram permissão para residência temporária no país até o mês de abril do ano de 2018 (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018). O fluxo sem precedentes de venezuelanos está sobrecarregando os ineficientes sistemas públicos de saúde e educação, além de intensificar a disputa no âmbito trabalhista.

Mulheres venezuelanas estão mais vulneráveis a violação dos direitos humanos e dos direitos trabalhistas na rota migratória, consolidada neste ano de 2019, no extremo Norte do Brasil. (GONZALO, SILVA, 2017). A maior parte das refugiadas venezuelanas que se encontram em Boa Vista, Roraima, enfrentam graves situações de dificuldade no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, em decorrência da irregularidade. Por esse motivo, elas encontram um mercado que não proporciona carteira de trabalho, nem garantia de retorno e que coloca suas vidas em perigo, a prostituição.

A Defesa Civil do estado de Roraima afirma que as venezuelanas são maioria dentre a população de refugiados que se encontra no estado. Mesmo assim, apenas 29% estão regularizadas. (CONTAI, 2017). Essa falta de regulamentação, ligada com a crise de desemprego no país e o sistema público ineficiente, agrava a situação de vulnerabilidade

feminina e em um estado de necessidade ela se vê imersa em uma vida que lhe retira todos os direitos e a coloca sujeita a viver de maneira alheia à sociedade. Isso se dá pelos diversos golpes que sofrem, pelo desconhecimento da língua e da moeda.

Jeane Xaude, defensora pública estadual do juizado de violência doméstica de Roraima, afirma que muitas mulheres são exploradas na prostituição. Elas vivem uma nova era dessa violência em decorrência da emigração, sendo exploradas. Isso acontece devido a inexistência de uma política de gênero para a crise de migração atual. As mulheres são 100% negligenciadas, elas fogem para a proteção de suas vidas e acaba as perdendo no Brasil e, esse, é o preço do refúgio.

De toda maneira, os Direitos Humanos possuem uma dupla vocação: afirmar a dignidade humana e prevenir o sofrimento. (PIOVESAN, 2009). As vidas das “las ochentas”, nome dado para as prostitutas venezuelanas em referência ao preço cobrado pelo programa, estão longe de fazer parte da dupla vocação supracitada.

Uma das mudanças mais significativas nos padrões de migração no último meio século é que mais mulheres estão migrando sozinhas do que nunca. As mulheres constituem hoje quase metade da população migrante internacional e, em alguns países, 70% ou 80%. Como as mulheres migrantes frequentemente acabam em empregos de produção e serviço de baixos salários, e elas frequentemente trabalham em setores da economia segregados por gênero e não regulamentados, como o trabalho doméstico, elas estão expostas a um risco muito maior de exploração, violência e abuso. (ROIG, 2018).

De acordo com o demógrafo e representante da UNFPA – Brasil, Jaime Nadal Roig, há uma independência das mulheres imigrantes atualmente. Apesar dessa maior independência e do maior número de mulheres imigrantes em relação aos homens, há uma disparidade, ou seja, uma discrepância, em relação ao reconhecimento. A concessão de refúgio garante direitos mínimos de sobrevivência, porém os imigrantes passam por instabilidades e condições precárias até que seu pedido seja aceito. Uma vez que os dados apontam que o número de refugiados reconhecidos é menor para o sexo feminino, torna-se fácil a compreensão a despeito do estado vulnerável que estas se encontram.

Apesar da imigração venezuelana ser subvalorizada profissionalmente, é algo que traz benefícios para o Brasil. A população não-indígena da Venezuela que migra para Roraima possui um nível de escolaridade superior se comparado à média educacional da população local. Considerando que a principal razão para essa migração é a possibilidade de emprego, acompanhado pela ajuda econômica e de moradia, a população feminina se vê a margem dessa ilusão. Mas, infelizmente, seus direitos não são violados apenas no seu país de origem, a violação ultrapassa fronteiras e vem acompanhada de humilhações, pobreza extrema, estado de necessidade e, para boa parte dessas mulheres, a saída está na prostituição.

Historicamente, o Brasil é um país de imigração desde a sua colonização. O cenário durante a Segunda Guerra Mundial trouxe uma delimitação em relação à entrada

de imigrantes. No período pós-guerra ocorreu, novamente, uma facilitação à entrada de imigrantes europeus, resultantes de normas eugênicas, durando até o ano de 1980, onde se instaurou uma política de segurança nacional, que passou a enxergar o imigrante como uma ameaça. (ROCHA, RIBEIRO, 2018).

Sabendo dos fatos supracitados, é possível perceber uma estreita relação entre mão-de-obra migrante e o desenvolvimento do país, sendo possível questionar a fala de que as imigrações venezuelanas são um problema para o Brasil.

Destaca-se que a situação dos trabalhadores migrantes não foi objeto específico de alteração normativa, sendo que os possíveis reflexos em relação a esses trabalhadores se devem às alterações nas configurações da concorrência de mercado de trabalho, incluindo a intensa precarização do trabalho e a restrição do acesso formal à Justiça do Trabalho promovidas pela Reforma. (SERAU, WALDMAN, 2018).

O perfil sociodemográfico dos venezuelanos mostra que a subvalorização da mão-de-obra venezuelana está mais ligada com a restrição do acesso formal à Justiça do Trabalho e ao senso comum que enxerga essas pessoas como ameaças às vagas de emprego. Contudo, não se pode falar na desqualificação desses imigrantes, principalmente em relação às mulheres que, em média geral, possuem escolaridade maior do que os homens. Considerando os dados de 2017 produzidos pela ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), enquanto os homens com ensino superior completo estão na média de 26,7%, as mulheres representam 31,1%. Elas também são maioria da população venezuelana imigrante com pós-graduação, sendo 4,6% e a população masculina 2,9%.

Antes de se refugiarem no Brasil, um número significativo, dentre essas pessoas que para o território brasileiro migraram, estavam empregados e se encontram, hoje, desamparados de qualquer prática de fiscalização. Apesar de uma maior qualificação, as mulheres são as que mais sofrem com o desemprego. Ainda na pesquisa feita pela ACNUR, enquanto 3,7% dos homens conseguem seu sustento em atividades não regulamentadas, o número de mulheres que se encontram nessas mesmas condições chega a ser três vezes maior, alcançando, aproximadamente, 12%.

A limitação disposta ao trabalho do estrangeiro pode ter o condão de violar a plena realização dos Direitos Humanos, em sua face indivisível, e adquire ainda maior significado de desproteção quando se refere a ser humano atingido com vulnerabilidade exacerbada, como os refugiados. (JUBILUT, LOPE, SILVA, 2018).

Como ilustrado na citação apresentada acima, essa limitação ao trabalho se torna um sinônimo de desproteção devido a vulnerabilidade em que essas se encontram. Em um depoimento, uma das mulheres que se enquadram dentre as “Las ochentas”, Angélica, afirmou que não é fácil viver nas ruas. “Somos humilhadas, chama-nos de mulheres de vida fácil, mas não é nada fácil. Aqui nos tratam mal, principalmente as mulheres têm

raiva da gente. Falam que viemos roubar, que somos ladras. Eu não roubo nada, só estou trabalhando para matar a fome da minha filha.” O depoimento de Angélica mostra, em vias de fato, essa desproteção escancarada que leva com que a sua vida se torne cada vez mais difícil.

A fuga dessas mulheres para o Brasil vai além do econômico, elas buscam uma necessidade de serem reconhecidas como ser humano. Elas deixam tudo o que construíram e vão em busca de uma ajuda humanitária. Apesar da conexão com sua vida de antes da imigração, sua nova vida, trajada por circunstâncias desfavoráveis, não as permite viver seus sonhos e sua vida passada. Nesse aspecto, ser refugiada significa abandono e esquecimento.

É preciso trazer à tona a problemática que gira em torno da vida dessas mulheres. O preço do refúgio vai muito além dos oitenta reais pagos por programa para que elas consigam se manter e manter suas famílias. Esse preço está associado a uma banalização, uma desproteção, um cárcere moral e uma vida que se transformou, de forma expressiva, não apenas devido à crise que alastra a Venezuela, mas por um abandono social.

A xenofobia e o sexismo tiram dessas mulheres toda a sua individualidade, seus planos e sua liberdade. Restringem, assim, a vida das “Las Ochentas” de modo que vivam à margem da sociedade, contando com a sorte e com o medo constante. Considerando-se os dados de Roraima, torna-se perceptível que o estado é um dos maiores em feminicídio no Brasil. Essas mulheres não estão alheias aos dados de violência que constam na região. Pelo contrário, com o falso senso comum de que os imigrantes são ladrões de empregos e, no meio de uma crise de desempregos no Brasil, a junção desses fatos faz com que haja uma seta que as aponte como alvo predominantemente.

As guerras civis que sobrevieram e se alastraram durante os vinte anos de paz agitada não foram apenas mais cruéis e mais sangrentas do que as anteriores: foram seguidas pela migração de compactos grupos que, ao contrário de seus predecessores mais felizes não eram bem-vindos e não podiam ser assimilados em parte alguma. Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refugio da terra. (ARENDETT, 2011).

De acordo com o Art.28 da Declaração de Direitos Humanos: “toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração possam ser plenamente realizados.”. As mulheres que se encontram imersas no mercado de prostituição, por consequência de sua vulnerabilidade econômica, assumem uma capa de invisibilidade e marginalização social, utilizando de forma modificada a expressão de Hanna Arendt, elas se tornam o refugio da terra.

7 | METODOLOGIA

7.1 Marco teórico

Simone Lucie Ernestine de Marie Bertrand de Beauvoir nasceu em Paris, França, no dia 9 de janeiro de 1908. Filha de um advogado e leitor compulsivo, desde a adolescência já pensava em ser escritora. Entre 1913 e 1925, estudou no Instituto Adeline Désir, uma escola católica para meninas. Em 1925, Simone de Beauvoir ingressou no curso de matemática do Instituto Católico de Paris e no curso de literatura e línguas no Instituto Saint-Marie. Em seguida, Simone de Beauvoir estudou Filosofia na Universidade de Sorbonne, onde entrou em contato com outros jovens intelectuais como René Maheu e Jean-Paul Sartre, com quem manteve um longo e polêmico relacionamento. Em 1929 concluiu o curso de Filosofia. Em 1931, com 23 anos, Simone de Beauvoir foi nomeada professora de Filosofia na Universidade de Marseille, onde permaneceu até 1932. Em seguida foi transferida para Ruen. Em 1936, retornou à Paris como professora de Filosofia do Lycée Molière. Uma de suas assertivas, presente na obra “O segundo sexo”, é o marco teórico no qual a presente pesquisa se baseia. Segundo a autora:

Na verdade, em um mundo atormentado pela miséria e pela falta de trabalho, desde que se ofereça uma profissão, há quem a siga; enquanto houver polícia e prostituição, haverá policiais e prostitutas. Tanto mais quanto tais profissões rendem muito mais do que outras. É muita hipocrisia espantar-se com as ofertas que suscita a procura masculina; trata-se de um processo econômico rudimentar e universal. “De todas as causas da prostituição, escrevia em 1857 Parent-Duchâtelet durante um inquérito, nenhuma é mais ativa do que a falta de trabalho e a miséria, conseqüência inevitável dos salários insuficientes.” Os moralistas bem pensantes respondem, escarneando, que as histórias comoventes das prostitutas são romances para uso do cliente ingênuo. Com efeito, em muitos casos, a prostituta teria podido ganhar a vida de outro modo: mas, se o que escolheu não lhe parece o pior, não é prova de que tenha o vício no sangue; isso antes condena uma sociedade em que tal profissão é ainda uma das que parecem menos rebarbativas a muitas mulheres. Perguntam: Por que a escolheu ela? A pergunta deveria ser antes: Por que não a teria escolhido. (BEAUVOIR, 1967).

A teoria conceitual proposta pela autora procura demonstrar que a prostituição é a saída de muitas mulheres que sofrem com problemas no âmbito trabalhista. A partir do momento em que se tem uma profissão, ainda que moralmente condenável, que as dê uma garantia de sustento haverá quem irá praticá-la. A questão não é sobre o por que uma mulher escolhe se sujeitar a uma vida onde não há proteção e uma grande miséria, mas sim o por que dela não se sujeitar a isso, a vida de uma prostituta, diferentemente do que prega o senso comum, não é fácil, na verdade a expressão “mulher de vida fácil” nunca esteve mais longe do real.

Quando se escolhe seguir pelo caminho da prostituição, essas mulheres abdicam não somente do direito sobre o próprio corpo, mas de uma vida criminosa, ao ver o mercado

da prostituição elas não o enxergam como o pior dos caminhos, mas como uma saída que não será criminosa. Elas não roubam nada da sociedade para garantir o seu sustento, no meio de uma crise de desempregos que atinge a todos, elas dão o seu corpo como forma de sustento, não tiram nada da sociedade, essa, entretanto, tira tudo delas.

7.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa que se propõe pertence à vertente metodológica jurídico-sociológica. No tocante ao tipo de investigação, foi escolhido, na classificação de Witker (1985) e Gustin (2010), o tipo jurídico-projetivo. O raciocínio desenvolvido na pesquisa será predominantemente dedutivo.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

DANIELLE ANONNI (Curitiba) (Comp.). **DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS E O BRASIL**. 2018. Disponível em: http://gedai.com.br/wp-content/uploads/2018/08/livro_%20Direito%20Internacional%20dos%20Refugiados%20e%20o%20Brasil.compressed-ilovepdf-compressed.pdf. Acesso em: 7 abr. 2019.

FRAZÃO, Dilva. **Simone de Beauvoir**: Escritora e filósofa francesa. 2019. Disponível em: https://www.biografia.com/simone_de_beaupoir/. Acesso em: 8 maio 2019.

DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, v. 75, n. 1, 2009. Disponível em: <https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/acervo/Doutrina/artigos/Revista%20do%20Tribunal%20Superior%20do%20Trabalho/2009/n%201/Revista%20do%20Tribunal%20Superior%20do%20Trabalho,%20v%2075,%20n%201,%20p%20107-113,%20jan-mar%202009.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GUSTAVO DA FROTA SIMÕES (Curitiba) (Org.). **8 Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. 2017. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/Perfil_Sociodemografico_e_laboral_venezuelanos_Brasil.pdf. Acesso em: 8 maio 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O êxodo venezuelano**: A necessidade de uma resposta regional a uma crise migratória sem precedentes. 2018. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/venezuela0918port.pdf. Acesso em: 8 maio 2019.

POLICY PAPER (Rio de Janeiro). **DESAFIO MIGRATÓRIO EM RORAIMA**: Repensando a política e gestão da migração no Brasil. 2018. FGV DAPP. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2018/03/Desafio-migrato%CC%81rio-Roraima-policy-paper.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.

RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E VENEZUELA ATRAVÉS DOS ESTADOS DE RORAIMA E BOLÍVAR. Roraima: Ufr, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/anafi/Downloads/1591-5795-1-PB.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.

ROCHA, Gustavo do Vale; RIBEIRO, Natália Vilar Pinto. Fluxo migratório venezuelano no Brasil. Disponível em: <file:///C:/Users/anafi/Downloads/1820-4366-1-PB.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.

ROSANA BAENINGER (São Paulo) (Comp.). **Migrações venezuelanas**. 2018. Unicamp. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 7 abr. 2019.

SCHWINN, Simone Andrea; PORTELA, Êmily de Amarante. **O BRASIL E A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA: A (DES)ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA**. 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/203.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.

Secretaria nacional de justiça. **Refúgio em números**. Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view. Acesso em: 4 abr. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à justiça 55, 58, 209, 216, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254

Amazônia 233, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Amicus Curiae 18, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Ativismo judicial 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19

B

Bafômetro 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136

C

Concessão de medicamentos 14, 217, 219, 225, 226, 227

Constitucional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 48, 49, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 64, 66, 70, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 99, 104, 113, 115, 117, 122, 123, 125, 127, 129, 134, 135, 136, 137, 151, 152, 154, 182, 183, 185, 188, 194, 195, 196, 198, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 213, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 230, 233, 234, 235, 249, 252, 260, 264

Contratos 32, 41, 42, 139, 142, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263

Controle de constitucionalidade 6, 9, 14, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 45, 58

Cotas 82, 94, 198, 204

Criminalização da homossexualidade 155, 156, 163

D

Defensoria pública 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Desporto 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 192, 193, 195, 196

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 66, 69, 70, 71, 75, 76, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 165, 166, 168, 171, 172, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 241, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 255, 259, 263, 264

Direito cultural 88, 89, 90, 91, 107, 110

Direitos humanos 17, 88, 89, 91, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 113, 136, 151, 156, 161, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 186, 187, 188, 195, 198, 202, 204, 208, 209, 214, 250, 264

E

Elegibilidade 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 160

F

Fenômeno 1, 3, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 102, 147, 192, 193, 205, 206, 208, 233, 249

I

Inconstitucionalidade 6, 12, 13, 14, 23, 30, 31, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 47, 69, 118, 124, 129, 133, 134, 136, 238

Inelegibilidade 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

J

Judicialização 1, 6, 8, 9, 10, 12, 15, 16, 18, 19, 31, 60, 69, 70, 71, 205, 206, 208, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 225, 229, 230, 231, 232

M

Multiculturalismo 100

N

Negros 23, 166, 167, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204

Neoconstitucionalismo 1, 2, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 15, 18, 19, 118, 136

P

Pandemia 214, 233, 234, 236, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 251, 253, 255, 258, 259, 260, 261, 262, 263

Poder constituinte 15, 26, 27, 28, 29

Políticas públicas 9, 10, 12, 13, 14, 17, 88, 92, 93, 120, 121, 135, 136, 166, 214, 215, 217, 219, 220, 222, 224, 225, 229, 230, 235, 237, 243, 264

Prostituição 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177

Proteção de dados 138, 139, 142, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154

Q

Queimadas 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 247

R

Refúgio 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 178, 187

Renegociação 255, 256, 258, 259, 261, 262, 263

Revisão 1, 2, 60, 61, 100, 241, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263

S

Saúde 11, 14, 67, 96, 134, 161, 162, 172, 179, 180, 185, 194, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 251, 256, 260

Sistema de suplência 73

STF 6, 9, 10, 13, 18, 19, 20, 21, 25, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 57, 64, 66, 111, 115, 200, 204, 211, 213, 216, 231, 237, 238, 244, 245


V

Venezuela 161, 171, 172, 173, 175, 177, 241







O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br